

LAURA DE JESUS CORREIA AMADOR

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Estudo da Relação do Comportamento,
Autoconceito e Vinculação nas Crianças e
Jovens Institucionalizados



ESCOLA SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica

Área de Especialização em Terapias Cognitivo-
Comportamentais

COIMBRA, 2018



Estudo da Relação do Comportamento, Autoconceito e Vinculação, nas Crianças e Jovens Institucionalizados

Laura de Jesus Correia Amador

Dissertação apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em Psicologia

Clínica - Terapias Cognitivo – Comportamentais

Orientadora: Professora Doutora Laura Lemos, Professora Auxiliar, ISMT

Coimbra, janeiro de 2018

Agradecimentos

“Para conhecer a sabedoria e a educação, para compreender as sentenças mais profundas, para adquirir educação prudente, justiça retidão e equilíbrio; para dar aos simples, discernimento e aos jovens experiência e reflexão. O sábio escuta-os e aumenta o seu saber e os inteligentes alcançam maior profundidade, compreendendo os provérbios e as alegorias, as palavras dos sábios e os seus enigmas” - (B.S. Provérbios:2,3,4,5,6,7). “Respeitar o Senhor é o princípio do conhecimento”.

Expresso a minha gratidão:

- às Instituições do concelho de Coimbra, nomeadamente, ***Casa da Infância Dr. Elísio de Moura, Casa de Formação Cristã Rainha Santa, Comunidade Juvenil de São Francisco de Assis*** que acederam cooperar com este estudo e cuja dedicação registo;

- aos profissionais que partilharam comigo os seus conhecimentos e experiência, neste domínio, com disponibilidade e simpatia e uma qualidade profissional e humana, o meu bem-haja;

- ao ***Instituto Superior Miguel Torga***. Um agradecimento especial a todos os meus Professores, participantes da minha formação académica, Licenciatura e Mestrado, bem como a todos os funcionários, testemunhas participantes;

- à ***Professora Dra. Laura Lemos***, na qualidade de Professora na Licenciatura e Orientadora da minha capacidade Científica e de dissertação de Mestrado, o meu obrigado especial. Agradeço a disponibilidade, a sabedoria e os ensinamentos constantes. Foi um privilégio ter sido sua orientanda;

- O meu agradecimento especial à ***Dra. Cristiana Marques***, na qualidade de colega e amiga, um abraço de coração;

- A toda a minha família, em especial à minha mãe, Felisbela Correia, ao meu irmão Paulo Amador, cunhada Sílvia Amador, e aos pequenos, meus sobrinhos queridos, Patrícia Valente Amador e Samuel Valente Amador, o meu beijinho e o meu grande abraço. O meu apreço, carinho e amor, em *“pensamento”*, ao meu pai *José Amador*, que me possibilitou o *“sonho”* e a ajuda, à realização do curso de Psicologia, do qual me sinto honrada e com grande orgulho. À minha tia Cesaltina Correia, aos meus primos Alberto Morgado e Júlio Morgado, o meu carinho e o meu bem-haja pelo grande apoio, bem como aos familiares e amigos.

A todos vós crianças e jovens:

“Um abraço, quer dizer: tu não me ameaças, não tenho medo de estar tão perto, posso relaxar, sentir-me em casa, estou protegido e alguém me compreende” - (Paulo Coelho - in Amizade).

Resumo

Introdução: A institucionalização pressupõe um corte, inexistência ou disfuncionalidade da relação com as figuras parentais. A vinculação aos pais constitui-se como um elemento essencial no desenvolvimento da saúde mental dos indivíduos e nos tipos de relações que vão estabelecer posteriormente com outros significativos. A investigação aponta que baixo-autoconceito e problemas comportamentais com impacto no desempenho escolar e relacionamento interpessoal surgem associados a padrões de vinculação não seguros.

Objetivo: Avaliar a relação das variáveis sociodemográficas com o comportamento, autoconceito e vinculação das crianças e jovens institucionalizados.

Metodologia: Estudo exploratório conduzido numa amostra constituída por 32 jovens institucionalizados com idades entre os 9 e os 17 anos, ($M = 14,56$; $DP = 2,21$). Foram utilizados os seguintes instrumentos: ficha de recolha de dados sociodemográficos; Escala de Autoconceito Piers-Harris *Children's Self-Concept Scale 2*; *Inventário sobre a Vinculação na Adolescência* e *Inventário Child Behavior Checklist* de Achenbach.

Resultados: Verificou-se a existência de relações significativas entre a variável anos de institucionalização/figura materna – alienação. Observou-se uma diferença no grau de comunicação entre os jovens e as mães em função da idade ($M(9-15) = 19,50$; $M(16-17) = 13,50$). Foi encontrado um elevado número de reprovações que se relacionou com problemas de comportamento, alienação aos amigos e falta de energia. O autoconceito relacionou-se quer com a vinculação materna quer com a vinculação aos amigos. Por outro lado, concluiu-se que quanto mais populares as crianças e jovens se sentiram, menor alienação aos amigos, mas também uma menor comunicação.

Conclusão: A vinculação associou-se ao autoconceito, ao tempo de institucionalização e à idade salientando a importância da intervenção e reforço de vínculos com outros significativos desde idades precoces. Gostaríamos de realçar o elevado número de reprovações e a sua associação aos problemas de comportamento, alienação aos amigos e falta de energia, como aspetos centrais deste trabalho. A presente investigação procurou oferecer um contributo para o estudo dos padrões de vinculação das crianças e jovens institucionalizados, com o objetivo de avaliar o modo como organizam as suas experiências internas, a sua integração e significados e quais as estratégias comportamentais utilizadas, para uma melhor compreensão.

Palavras-chave: comportamento, autoconceito, vinculação, crianças e jovens institucionalizados.

Abstract

Introduction: Institutionalization is a cut, absent or dysfunctionality of the relationship with the parental figures. Parenting is an essential element in the development of individuals' mental health and in the relationships they will establish later with significant others. Research indicates that low-self-concept and behavioral problems with impact on school performance and interpersonal relationship are associated with unsafe bonding patterns.

Objective: To evaluate the link between sociodemographic variables and behavior, self-concept and attachment of institutionalized children.

Methodology: An exploratory study conducted in a sample of 32 institutionalized youths aged 9 to 17 years ($M = 14.56$, $SD = 2.21$). The following instruments were used: socio-demographic data collection form; *Piers-Harris Children's Self-Concept Scale 2 Self-Concept Scale*; *Inventory on Adolescent Bonding and Inventory Child Behavior Checklist from Achenbach*.

Results: There were significant relationships between the variable years of institutionalization-maternal figure - alienation. There was a difference in the degree of communication between the young and the mothers according to age ($M (9-15) = 19.50$, $M (16-17) = 13.50$). It was found a high number of disapprovals that was related to behavior problems, alienation to friends and lack of energy. Self-concept was related both to maternal attachment and to attachment to friends. On the other hand, it was concluded that the more popular the children and young people felt, the less alienation from friends, but also the less communication.

Conclusion: Bonding was associated with self-concept, time of institutionalization and age emphasizing the importance of intervention and reinforcement of links with significant others from early ages. We would like to highlight the high number of disapprovals and their association with problems of behavior, alienation to friends and lack of energy, as central aspects of this work. The present investigation sought to contribute to the study of the bonding patterns of institutionalized children and young people, with the objective of evaluating the way in which they organize their internal experiences, their integration and meanings, and the behavioral strategies used, for a better understanding.

Keywords: behavior, self-concept, bonding, institutionalized children.

Introdução

A institucionalização de crianças e jovens obriga à criação de novos laços e de novos processos de vinculação, numa ordem de sobrevivência dos sentimentos e afetos. Conhecer e compreender os padrões de vinculação das crianças e jovens institucionalizados, as suas semelhanças e as suas diferenças, decorrentes dos processos de adaptação e desenvolvimento, requer um novo “olhar” numa dimensão para além de toda a aprendizagem teórica adquirida.

Do ponto de vista psicológico, os adultos, especialmente aqueles afetivamente mais próximos, oferecem às crianças e jovens, olhares com vista para os seus olhos (Sá, 1995). Assim se constrói a identidade, face ao espelho deste olhar significativo que, no diálogo do vivido, permite a construção interpessoal de uma verdade essencial sobre a criança ou jovem, progressivamente apropriada, recriada e transformada por ela, à medida que aquele olhar se interioriza, a imagem liberta-se do espelho enquanto se grava dentro de si. O olhar do adulto não é abstrato ou isolado, nem alheio ao facto de ser olhado. As imagens dialogantes, mutuamente devolvidas, entretecidas nas malhas da relação e do afeto, são construções feitas por referência a outras imagens, envolvendo no conhecimento de si o conhecimento do outro, tecendo a identidade de cada criança na trama de uma infinidade de referências que, direta ou remotamente, participam na sua definição (Martins, 2001).

Deste modo, e tendo em conta a importância das relações estabelecidas entre as crianças e os adultos no desenvolvimento da identidade da criança, torna-se imprescindível a proximidade destas por forma a que proporcionem segurança e proteção ao longo da vida. Assim, denota-se a relevância da vinculação no desenvolvimento psicológico da criança.

Grossman e Grossman (2004), referem que a vinculação é uma tendência programada filogeneticamente para o estabelecimento de uma relação especial entre a criança e os cuidadores que sejam responsivos às suas necessidades.

Tendo em conta as considerações de Bowlby, o comportamento de vinculação constitui-se como um conjunto de comportamentos de aproximação do bebé aos progenitores, tendo como principal objetivo garantir a proximidade à figura materna (Balhau, 2011). Por si só, a proximidade estabelecida tornar-se-á uma base segura para a criança garantindo a sua proteção em situações adversas (e.g. ameaça) (Bowlby, 1984, 1981, 1999). Desta forma, a segurança sentida pela criança possibilitará a exploração do ambiente. A vinculação estabelecida entre a criança e as figuras parentais tem um papel fulcral nas relações futuras da criança, uma vez que esta influencia quer o desenvolvimento de representações mentais que estarão na base dessas mesmas relações quer a organização dos aspetos cognitivos e comportamentais da criança

(Bowlby, 1998; Vaughn et al., 2007).

Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978), identificam padrões ou categorias que refletem diferentes reações comportamentais da criança face à figura de vinculação: Seguro, Inseguro/Evitante, Inseguro/Ambivalente. Segundo Marcelli (1998), para Bowlby os acontecimentos de vida da criança, por exemplo, a separação, surgem como importantes marcos da infância. Este autor descreve três fases que decorrem da separação mãe-filho: 1- fase de protesto; 2- fase de desespero; 3- fase de desapego. Com base numa análise psicodinâmica, estas fases podem-se interpretar da seguinte forma: a fase de protesto como uma manifestação de dor e sofrimento, a fase de desespero como uma demonstração de depressão e luto e a fase de desapego como um trabalho de defesa que permitirá de alguma forma a reconstrução (Marcelli, 1998).

Posteriormente surge a definição de vinculação desorganizada e desorientada, descrita por Main e colaboradores (Main, Kaplan e Cassidy, 1985; Main e Solomon, 1986; Main e Goldwyn, 1988; Main, 1990) como o fim de uma estratégia organizada para lidar com o stress. Nesta incluir-se-iam as crianças com comportamentos opostos, incoerentes e com indícios de perturbação grave (e.g. medo da figura de vinculação).

Neste contexto e de acordo com Bowlby (1981, 1984, 1998), a qualidade dos cuidados parentais recebidos durante os primeiros anos de vida constitui-se como um elemento essencial quer no desenvolvimento da saúde mental dos indivíduos na sua vida futura e nos tipos de relações que vão estabelecer com outros significativos (e.g. relações amorosas, relações com os filhos no futuro) (IJzendoorn, 1995; Pinhel, Torres e Maia, 2009). Assim, será mais provável a adoção de comportamentos adequados que permitam a adaptação a situações adversas por parte das crianças que tenham pais mais previsíveis e acessíveis e que lhes transmitam mais afeto. Estes aspetos, possibilitarão o desenvolvimento de uma vinculação segura, com base na representação elaborada pela criança das suas figuras de vinculação como disponíveis e capazes de oferecer ajuda a bem-estar (Pinhel, Torres e Maia, 2009).

O mesmo se verifica na adolescência, etapa desenvolvimental na qual a vinculação aos pais assume também um papel importante nos comportamentos adaptativos, sendo que, adolescentes com relações mais fortes e seguras aos pais (e pares) apresentam um melhor ajustamento (apresentando menor sintomatologia depressiva, menor agressividade e mais simpatia) (Laible, Carlo e Raffaelli, 2000). Deste modo, a proximidade e confiança na relação pais-filhos promove o desenvolvimento de uma boa autoimagem e autoconfiança (autoconceito) nos adolescentes, aumentando assim a sua resiliência perante os desafios da vida

(Barreira, 2016).

A investigação aponta para que a qualidade da relação com os progenitores e a dinâmica familiar prévia são muito importantes para o desenvolvimento e comportamento da criança/jovem. Tal como é referido por Soares (2000), as crianças com relações familiares negativas, caracterizadas por indisponibilidade ou abuso dos pais, estabelecem uma vinculação insegura (Bowlby, 1981, 1984, 1988), acabando por desenvolver um mecanismo de insegurança emocional que poderá surgir como um preditor de comportamentos desenvolvimentais desadaptativos (Grossmann e Grossmann, 2004).

Sternberg, Lamb, Guterman e Abbott (2006), concluíram que as crianças/jovens que experienciaram algum tipo de mau-trato no meio familiar (nomeadamente violência física) apresentam mais problemas internalizantes (e.g. sintomatologia depressiva) e externalizantes (e.g. problemas comportamentais) que as crianças que não experienciaram qualquer tipo de mau-trato. Por sua vez, Sapienzia e Pedromônico (2005), concluem que os problemas de comportamento são, na sua maioria, resultantes da combinação de múltiplos fatores de risco. Este construto (risco ou fator de risco), segundo Horowitz (1992), passou a ser tido em consideração a partir da década de 80, com a publicação de diversos estudos que o associavam ao desenvolvimento humano (Sapienzia e Pedromônico, 2005).

Segundo Bakerman-Kranenburg e seus colaboradores (2008), a disponibilidade mostrada pelas figuras de vinculação baseada em ameaças (abusos), pode-se constituir como uma condição favorável a atrasos desenvolvimentais e ao desenvolvimento de sintomatologia psicopatológica (e.g. nível comportamental). Na mesma linha, é de salientar que os maus-tratos ou negligência na infância estão associados a consequências nas crianças/jovens tais como atrasos desenvolvimentais, comportamentos sociais de risco (incluindo delinquência e criminalidade), dificuldades cognitivas, emocionais (e.g. baixa auto-estima, depressão), relacionais (e.g. isolamento, relações sociais difíceis) e académicas (e.g. baixo rendimento académico) (Azevedo e Maia, 2006).

Ainda assim, tal como refere Holden, Geffner e Jouriles (1998), os fatores de risco por si só não são causas diretas da psicopatologia, podendo apenas contribuir para o seu desenvolvimento.

Deste modo, os adolescentes que apresentam uma relação parental caracterizada por mais confiança e comunicação e menos alienação (nomeadamente com a mãe), manifestam menos comportamentos delinquentes (Santos, 2015).

Outro aspeto interessante relativo à vinculação na adolescência remete para as diferenças

na qualidade de vinculação em função do género. Buist, Dekovic, Meeus e van Aken (2002) concluíram que a qualidade de vinculação dos adolescentes do sexo masculino aos pais diminui gradualmente ao longo da adolescência. Do mesmo modo, as adolescentes apresentam o mesmo padrão em relação às mães, sendo que a qualidade da relação de vinculação também diminui ao longo do tempo.

Apesar de maior atenção dedicada às perturbações da infância (Achenbach, 1992), considera-se necessária uma perspetiva de ciclo de vida, porque só pelo exame de uma ampla gama de condições e de populações desde a infância até à idade adulta e velhice, é possível elucidar as continuidades e descontinuidades desenvolvimentais. Além disso, porque todos os períodos de desenvolvimento apresentam desafios, forças e vulnerabilidades, o processo de desenvolvimento pode envolver uma alteração adversa em qualquer ponto do ciclo de vida. Stroufe, Egeland e Kreutzer (1990), defendem que *“quanto mais tempo um indivíduo continuar num percurso ontogénico desadaptativo, mais difícil é retomar uma trajetória desenvolvimental adaptativa, além disso, retomar ou recuperar o funcionamento a um nível adaptativo após um período de patologia, é mais capaz de ocorrer se o nível de organização prévia tiver sido competente e adaptativo”*.

Se a relação de vinculação assume uma enorme relevância para a saúde mental de qualquer ser humano, a necessidade de institucionalização de crianças e jovens torna-se imperativo, só quando é estritamente necessária para assegurar a sua proteção e segurança. Neste sentido, a institucionalização passou a fazer parte do domínio comum e científico, a partir do século XX, através do estudo das suas características processuais (medidas de prevenção, sinalização e intervenção) e das suas implicações (Canha, 2000). Em 20 novembro de 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a Declaração dos Direitos das Crianças, que enfatiza a responsabilidade das famílias na proteção das crianças e a obrigação de que todas tenham acesso aos cuidados primários. Esta convenção foi ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990.

Ainda nos anos 80, a problemática das crianças e jovens maltratados assume importância na investigação científica, sendo evidente, ao longo dos períodos históricos e sociais e nos diferentes estratos socioculturais, a ambivalência de aspetos educacionais, tais como sobre o que é educar ou castigar uma criança (Cansado, 2008).

A mudança da conceção de infância foi reforçada pela intervenção direta do Estado sobre os processos de socialização infantil (Cansado, 2008). Por outro lado, e segundo a mesma autora a maioria das crianças maltratadas resulta da exclusão social, sendo que nestas

circunstâncias, a intervenção das redes formais (Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Tribunal), termina com a exposição da criança ou jovem a contextos marcados pelo abandono (que na maioria dos casos os leva a adotar comportamentos desviantes).

Assim, e tal como refere Afonso (1998), a propósito da necessidade da intervenção familiar, a intervenção das instituições ligadas ao Estado e/ou das instituições particulares de solidariedade social, opõem-se muitas vezes quer aos contextos adversos nos quais as crianças se encontram quer às suas experiências de vida.

Inevitavelmente, a institucionalização, pressupõe o afastamento das crianças das suas famílias, quer seja este total ou parcial. Para Canha (2000), o afastamento visa quer a proteção das crianças, no sentido de impedir situações de violência ou negligência, quer a análise da situação familiar e social com vista a responder de forma adequada às necessidades da criança.

No entanto, e ainda que o principal objetivo da institucionalização seja o bem-estar da criança, esta pode implicar algumas desvantagens devido as suas características. Segundo Alberto (2003), estas desvantagens decorrem nomeadamente devido à experiência subjetiva das crianças de afastamento e abandono da sua família bem como devido às atribuições depreciativas e de auto desvalorização que a institucionalização pode provocar.

Para Siqueira e Dell'Aglio (2010), a institucionalização na infância e na adolescência surge como um tema relevante a nível social devido a diversos fatores. Dentre estes, destacam-se o elevado número de crianças e jovens institucionalizados, mas também a preocupação com a qualidade dos serviços prestados nas instituições.

Este princípio é corroborado por resultados de alguns estudos, que apresentam algumas particularidades das crianças institucionalizadas, comprovando a necessidade de cuidados, tais como Dell'Aglio e Hutz (2004). Estes autores, numa amostra de 225 jovens (105 institucionalizados, com idades entre os 7 e os 15 anos, e 110 não institucionalizados), que concluíram que o grupo de crianças institucionalizadas, comparativamente ao grupo de comparação, apresentam um desempenho escolar inferior às crianças institucionalizadas e níveis mais elevados de sintomatologia depressiva.

Deste modo, a colocação das crianças em instituições poderá apresentar algumas limitações uma vez que, ainda que seja notória a necessidade de proteger a criança de situações de violência, a institucionalização poderá surgir como uma outra forma de violência (Cansado, 2014). Ainda nesse sentido, Mota e Matos (2008), referem que “*o processo de institucionalização é acompanhado se sentimentos de perda, abandono e solidão*”, uma vez que leva a que as crianças se confrontem com a sua realidade familiar, caracterizada pelo mau

trato, negligência e/ou indiferença dos pais.

Em Portugal a temática da institucionalização tem sido muito pouco explorada, particularmente quando se tem em conta os domínios afetivo e emocional das crianças/jovens. Os estudos que encontrados foram realizados junto da população infantil.

Bowlby (2001), salienta o caso de crianças separadas das mães, depois de se terem formado laços afetivos entre ambas, como sendo um acontecimento com efeitos devastadores para o desenvolvimento da sua personalidade. Nesse sentido, algumas reações de raiva são desencadeadas por crianças e adolescentes que não só sofreram repetidas separações, mas também que são expostas a constantes ameaças de abandono, concluindo que com a privação de cuidados maternos, o desenvolvimento da criança é quase sempre comprometido, em diferentes níveis - físico, intelectual e social, podendo aparecer sintomas de doença mental ou física (Bretherton, 1992; Fuertes, 2010).

Cordeiro (2002), resume as consequências da ausência de um dos progenitores, dizendo que: *“a falta do pai ou da mãe por estarem fisicamente ausentes, deprimidos ou impossibilitados de exercer a função e autoridade parentais, retira à criança, a possibilidade, talvez única, de aprender a lidar com a vida real, que é feita de alegrias e tristezas, de presença e solidão e de integrar em si, a simultaneidade do Bem e do Mal e de se sentir e aos outros Bom-Mau, ao mesmo tempo”*.

Ainda nesta diretriz de pensamento, Machado (2009), refere que o modelo construído de si (self) resulta do sentimento interior que experienciado pelo sujeito (e.g. amado, compreendido, ignorado ou negligenciado). Assim, é possível indicar que as crianças com um padrão de vinculação segura, quando separadas das suas figuras de vinculação, ainda que reajam a esta separação, exploram o meio exterior, respondendo de forma positiva aos estímulos das figuras de vinculação (Santos, 2014). Estudos demonstram o impacto da vinculação insegura. Um estudo de Spitz, decorrido entre a década de 60 e 90, com crianças institucionalizadas concluiu que estas apresentavam um coeficiente desenvolvimental reduzido, de acordo com o tempo de permanência no ambiente institucional bem como formas graves de atraso mental e maior suscetibilidade a infeções e comportamentos considerados anormais (bizarros, agressivos), ainda que tenham recebido alimentação e cuidados médicos adequados. Para este autor, tal poderá dever-se ao modo como os cuidados lhes eram oferecidos na instituição, uma vez que as crianças eram cuidadas por enfermeiras e ajudantes que precisavam dividir a sua atenção com outras tantas (Cavalcante, Silva e Magalhães, 2010). A instituição, apesar de se poder constituir como um local de proteção, de segurança física e

fornecer adequados cuidados de saúde, deixará por preencher uma necessidade de cuidado afetivo e investimento emocional incondicional característicos dos laços criança/jovem – progenitores. Esta ausência ou défice de amor e aceitação incondicionais (pelas próprias características do funcionamento institucional) terão repercussão na forma como a criança se percebe, se ama e se aceita com impacto ao nível do autoconceito, da autoestima e do comportamento.

Tendo em consideração as vantagens e desvantagens da institucionalização suprarreferidas, é necessário refletir sobre a importância das instituições na vida das crianças, nomeadamente, e tal como refere Mota (2008), sobre a forma como as crianças percebem esta mudança. Segundo a mesma autora, esta percepção torna-se fundamental no “*percurso desenvolvimental psíquico e emocional*” das crianças.

Deste modo, torna-se essencial o estabelecimento laços afetivos das crianças/jovens com figuras significativas, por forma a diminuir os fatores de risco que estão inerentes às suas experiências de vida (Mota e Matos, 2008). Nesse sentido, é imprescindível que “*os adultos que recebem esses jovens estejam capazes de acolher toda a revolta e raiva que é exteriorizada, devolvendo-lhes um meio estável de confiança, privilegiando o estabelecimento de ligações afetivas seguras*” (Mota e Matos, 2008, pp. 375).

Nesta perspetiva, os adultos da instituição devem apresentar como características a congruência e coerência, por forma a permitir às crianças/jovens o desenvolvimento da construção da sua identidade (com reformulação do passado e construção do futuro) (Santos, 2014).

No entanto, estes aspetos por vezes tornam-se difíceis de concretizar devido em parte à falta de disponibilidade pessoal e distanciamento face aos outros por parte dos adultos, o que prejudica as relações com os jovens (Mota e Matos, 2010; Yunes, Miranda e Cuello, 2004). Por outro lado, Carvalho (2002), refere que para esta dificuldade pode também contribuir o esquema de trabalho associado a um elevado absentismo e à rotatividade de funcionários (Noronha, 2014).

Ainda assim, e apesar destas dificuldades, a Instituição tem como função diminuir o impacto do afastamento familiar, proporcionando novas aprendizagens e experiências às crianças (Cansado, 2008) proporcionando um ambiente protegido e seguro.

Deste modo, tendo em conta os diversos problemas da dinâmica familiar e possíveis experiências de maus-tratos previamente vivenciadas, a intervenção profissional deve ser multi e interdisciplinar (social, psicológica, jurídica) e as estratégias traçadas para o apoio à criança

devem ocorrer em diferentes níveis (Cavalcante et al., 2010). Segundo estes autores, estas estratégias devem ocorrer a nível familiar, na dinâmica interna de papéis e funções familiares; a nível social (nas próprias organizações e instituições que oferecem os recursos sociais) e nível relacional entre o grupo familiar e as esferas da vida pública (em espaços relacionados à área social e à participação política).

No contexto institucional, e tendo em conta o supracitado, os adultos/educadores assumem um papel muito importante na vida das crianças/jovens. No entanto, também, as relações com o grupo de pares são essenciais uma vez que, os amigos surgem como elementos da rede social que as crianças/jovens institucionalizados sentem que oferecem apoio emocional (confiança) (Arteaga e Valle, 2003).

Outro aspeto relevante a ser tido em consideração no processo de institucionalização baseia-se na forma como as crianças e jovens se percebem – o seu autoconceito. Este pode ser definido como um conjunto de representações mentais das características pessoais a partir das quais o indivíduo se define a si mesmo e baseia o seu comportamento (os esquemas cognitivos) (Saldanha, Oliveira e Azevedo, 2011). Segundo Faria e Fontaine (1996), o autoconceito surge em termos gerais, “*como a percepção que o sujeito tem de si próprio, e em termos específicos, como um conjunto de atitudes, sentimentos e conhecimento acerca das suas capacidades, competências, aparência e aceitabilidade social próprias*”.

Segundo Quiles e Espada (2014), o autoconceito é constituído por diferentes áreas: autoconceito académico, social, pessoal e emocional e familiar.

A adolescência surge então como uma etapa desenvolvimental importante para o desenvolvimento do autoconceito uma vez que, tal como é referido por Cigarro (2011), é uma fase assinalada pela procura de autonomia e independência das figuras parentais concomitante a uma aproximação aos pares (ganhando mais relevância o contexto social na redefinição do self do adolescente). Segundo a mesma autora diversos são os estudos que apontam para a influência das experiências dos pares no desenvolvimento da autoestima e do autoconceito. Nesse sentido, alguns estudos (e.g. Rabiner e Kaine, 1993) referem a relação entre a auto percepção e a aceitação social, sendo que os jovens que se sentem mais aceites pelos pares apresentam uma auto percepção mais positiva (Emídio, Santos, Maia, Monteiro e Veríssimo, 2008). Por outro lado, as crianças/jovens que experienciam dificuldades com os pares tendem a apresentar uma auto percepção negativa da competência social, uma baixa autoeficácia e ainda expectativas sociais baixas, percebendo-se como pouco aceites pelos outros (Boivin e Bégin, 1989).

Em conclusão, é possível indicar que ainda que embora os estudos correlacionais entre os problemas de comportamento e os seus fatores de risco sejam importantes, também os estudos relativos aos mecanismos de proteção e de resiliência em crianças e adolescentes (expostos a ambientes de risco) podem assumir uma grande relevância (Sapienza e Pedromônico, 2005). Tal decorre do facto de estes permitirem identificar e compreender o funcionamento destes mecanismos e as competências individuais e sociais, proporcionando assim o desenvolvimento de intervenções com o objetivo de reduzir os problemas do desenvolvimento (Sapienza e Pedromônico, 2005). Tal preposição é corroborada com estudos que demonstram a relação entre aspetos auto percebidos e a vinculação. Cigarro (2011), ao comparar duas amostras distintas (adolescentes institucionalizados e adolescentes em meio familiar), concluiu que os indivíduos residentes em meio familiar apresentam perceções mais positivas de si do que os adolescentes institucionalizados. Estudos como este permitem a reflexão sobre possíveis intervenções que possibilitem o desenvolvimento de resiliência nos jovens, com vista a diminuir as diferenças ocorridas entre os jovens que se encontram em meio institucional e os jovens que se encontram no meio familiar.

Tendo em conta o previamente referido, os objetivos do presente estudo visam conhecer e compreender a relação entre os padrões de vinculação, o autoconceito e o comportamento das crianças e jovens institucionalizados. Pretende-se ainda analisar em que medida variáveis sociodemográficas (e.g. idade, anos de institucionalização e insucesso escolar), se relacionam com as variáveis suprarreferidas.

Materiais e métodos

Participantes

A amostra ficou constituída por 32 participantes, adotando-se como critérios de inclusão: participantes de nacionalidade portuguesa sendo crianças e jovens institucionalizados no concelho de Coimbra, com idades compreendidas ente os 6 e os 18 anos; preenchimento completo dos instrumentos de avaliação selecionados para o estudo pelas crianças e jovens avaliados; preenchimento completo dos instrumentos de avaliação selecionados para o estudo pelos educadores(as)/cuidadores(as) das crianças e jovens avaliados. Teve como critérios de exclusão, crianças com idades inferiores a 6 anos ou superiores a 18; a recusa no preenchimento do protocolo completo. A população alvo do presente estudo é composta por crianças e jovens institucionalizados no concelho de Coimbra: Casa de Formação Dr. Elísio de Moura, Comunidade Juvenil de São Francisco de Assis e Casa de Formação Cristã da Rainha Santa. A

amostra encontra-se descrita na Tabela 1. Dos participantes, 4 são do sexo masculino ($n = 12,5\%$) e 28 são do sexo feminino ($n = 87,5\%$), com idades compreendidas entre os 9 e os 17 anos e com uma média de idades de 14,56 anos ($DP = 2,21$) sendo que mais de metade dos jovens tem idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos ($n = 62,5\%$). No que diz respeito ao percurso escolar dos alunos, verifica-se que um aluno ficou retido três vezes, e que mais de 68,8% da nossa amostra ficou retida pelo menos uma vez (Tabela 1).

Através da análise do questionário sociodemográfico foi possível verificar que apenas 9,4% das crianças/jovens institucionalizados referiram como adulto de referência pessoas da instituição, tendo os restantes referido familiares ou amigos.

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica da amostra

		<i>n</i>	%
Sexo	Feminino	28	87,5
	Masculino	4	12,5
Idade <i>M</i> = 14,56 <i>DP</i> = 2,21	9 anos	2	6,3
	11 anos	1	3,1
	12 anos	3	9,4
	13 anos	3	9,4
	14 anos	3	9,4
	15 anos	4	12,5
	16 anos	12	37,5
Escolaridade	17 anos	4	12,5
	1º ciclo	3	9,4
	2º ciclo	5	34,4
	3º ciclo	11	34,4
Anos na Instituição <i>M</i> = 4,31 <i>DP</i> = 3,41	Ensino Secundário	15	40,6
	4 meses - 3 anos	17	53,1
Reprovações	4 anos - 12 anos	15	46,9
	0 reprovações	10	31,3
	1 reprovação	10	31,3

$M = 1,22$	2 reprovações	9	28,1
$DP = 1,16$	3 reprovações	2	6,3
	5 reprovações	1	3,1
Processos	2 processos disciplinares	1	3,1
Disciplinares	4 processos disciplinares	1	3,1
$M = 1,03$	9 processos disciplinares	1	3,1
$DP = 2,415$	10 processos disciplinares	1	3,1

Notas: n = número de sujeitos da amostra; % = percentagem; M = média; DP = desvio-padrão

Procedimentos

A presente investigação insere-se no projeto “Processos Emocionais Protetores e de Risco no Funcionamento Intra e Interpessoal” e pretendeu estudar a relação do comportamento, autoconceito e vinculação das crianças e jovens institucionalizados. Tínhamos, assim, como objetivo explorar e perceber em que medida algumas variáveis sociodemográficas se relacionam com o comportamento, autoconceito e vinculação das crianças e jovens institucionalizados. Pretendeu-se estudar os padrões de vinculação, o comportamento e perceber a relação da dimensão relacional com o desenvolvimento psicológico das crianças e jovens, explorando a existência de relações vinculativas após o acolhimento institucional. Inicialmente, definiu-se o protocolo de instrumentos a utilizar e criaram-se o/s consentimento/s informado/s (Apêndices A), questionário/s sociodemográfico/s (Apêndices B). Foram contactados os autores dos vários instrumentos para cederem autorização para a sua utilização no projeto. O presente estudo teve como local de recolha de amostra, três instituições de solidariedade social (IPSS) do concelho de Coimbra: Casa da Infância Dr. Elísio de Moura, Comunidade Juvenil de São Francisco de Assis e Casa de Formação Cristã Rainha Santa. Para tal procedeu-se ao contacto com os respetivos Diretores e Coordenadores, sendo apresentado e descrito o estudo bem como solicitada autorização para a administração dos instrumentos, incluindo o consentimento informado dos tutores dos jovens. O protocolo de avaliação foi constituído por instrumentos dirigidos aos jovens e aos educadores/cuidadores formais. No que respeita aos primeiros, o protocolo inclui um questionário sociodemográfico, um instrumento de avaliação de vinculação (IPPA) e um instrumento de avaliação do autoconceito (Piers-Harris). No que respeita aos educadores/cuidadores o protocolo envolveu um instrumento de avaliação do comportamento (CBCL). Após os procedimentos burocráticos deu-se início à recolha de dados, que decorreu entre o mês de fevereiro de 2017 e o mês setembro de 2017. A

administração do protocolo com os jovens demorou em média 20 minutos. No que respeita ao CBCL, este instrumento foi preenchido pelos educadores/monitores num segundo momento.

Instrumentos

- Questionário sociodemográfico.

O questionário sociodemográfico foi desenvolvido para o presente estudo tendo como principal objetivo a recolha de informação pessoal, institucional/escolar e informação familiar/relações próximas na instituição. Relativamente à informação pessoal foram incluídas questões sobre a idade, sexo, escolaridade, *hobbies* (área desportiva ou área intelectual), relações amorosas (se namora e quanto tempo), relações de amizade (amigos próximos). No que respeita à informação escolar/institucional foram introduzidas questões relativas ao tempo de institucionalização, disciplinas que gosta e não gosta, reprovações (se sim, quantas vezes), existência de processos disciplinares e mudança de escola (se sim, quantas vezes). Este questionário apresentou ainda questões dirigidas à comunicação entre os pais, irmãos e outros familiares, à escolaridade, profissão, local de habitação e agregado familiar dos mesmos bem como informações relativas a adultos de referência (na existência de problemas). Por fim, foi introduzida uma questão sobre a perceção dos jovens acerca da sua felicidade.

- *Inventory of Parent and Peer Attachment* (IPPA; Armsden e Greenberg, 1987; adaptação de Neves, Soares e Silva, 1999).

O Inventário da Vinculação aos pais e pares (IPPA) é a tradução portuguesa do *Inventory of Parent and Peer Attachment* de Armsden e Greenberg (1987), que tem como objetivo avaliar a perceção da qualidade de vinculação dos adolescentes ou jovens adultos em relação aos progenitores e aos amigos. O conteúdo dos itens baseia-se nas formulações teóricas de Bowlby, que propõem que à medida que se desenvolvem os processos cognitivos, as representações tendem a assumir um papel relevante na forma como o sujeito lida com as relações (Figueiredo e Machado, 2010). O IPPA é um instrumento de autorresposta, aplicado a adolescentes e jovens adultos, composto por três versões (pai, mãe, amigos). Cada versão é constituída por 25 itens, classificados através de uma escala de Likert com cinco opções de resposta que variam entre 1 - poucas vezes 5 -sempre ou quase sempre (Neves, et al., 1999). Cada uma destas escalas é composta por três fatores: confiança, que se refere ao grau de compreensão e respeito mútuo; comunicação, relativo à comunicação verbal; e alienação, que diz respeito ao isolamento e o conflito em relação às figuras de vinculação (Neves, 1995). Na subescala Vinculação à Figura Materna, os itens correspondentes à dimensão Confiança são os itens 1, 2, 4, 3*, 9*, 12, 13, 20,

21 e 22. Na dimensão Comunicação são os 5, 6*, 7, 14*, 15, 16, 19, 24 e 25 enquanto que na dimensão da Alienação são os itens 8, 10, 11, 17, 18 e 23. Na subescala Vinculação à Figura Paterna, os itens correspondentes à dimensão Confiança são o 1, 2, 4, 3, 9, 12, 13, 20 e 21; os da dimensão Comunicação são o 5, 6*, 7, 14*, 15, 16, 19, 24 e 25; e os da Alienação são 8, 10, 11, 17, 18 e 23. Na subescala Vinculação aos Amigos os itens 5*, 6, 8, 12, 13, 15, 14, 19, 20 e 21 constituem a dimensão Confiança, os itens 1, 2, 3, 7, 16, 17, 24 e 25 pertencem à dimensão Comunicação e os 4, 9, 10, 11, 18, 22 e 23 à dimensão Alienação. Os itens com asterisco são itens invertidos. A cotação é feita para cada uma das versões, correspondendo uma pontuação elevada a uma perceção de uma forte vinculação à figura em questão (Armsden e Greenberg, 1987).

Quanto à consistência interna, no estudo de Neves, Soares e Silva (1999), para validação do instrumento para a população portuguesa, das três escalas, apresentaram os seguintes valores de coeficiente de alfa de Cronbach: *vinculação à mãe* ($\alpha = 0.92$), *vinculação ao pai* ($\alpha = 0.95$), *vinculação aos amigos* ($\alpha = 0.93$). No presente estudo, o instrumento apresenta uma boa consistência interna com boas características psicométricas para as três escalas seguintes: apresentando valores de alfa de Cronbach, para o fator da *vinculação à mãe* ($\alpha = 0,945$), de para o fator da *vinculação ao pai* ($\alpha = 0,969$), e para o fator da *vinculação com os amigos* ($\alpha = 0,949$).

- ***Escala de Autoconceito de Piers-Harris*** [Piers-Harris Children's Self-Concept Scale (PHCSCS-2) de Piers e Herzberg, 2002]; versão portuguesa de Feliciano H. Veiga, António Leite (2016); versão reduzida da versão de 60 itens.

A Escala de Autoconceito de Piers-Harris (PHCSCS) de 60 itens, foi inicialmente desenvolvida por Piers, tendo surgido uma nova versão, PHCSCS2 (Piers e Herzberg, 2002), após uma revisão da escala original, que avalia o conhecimento sobre o autoconceito e a sua relação com o comportamento (Veiga, 2006). O PHCSCS-2 é formado por 60 itens, havendo alguns invertidos (itens 1, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 43, 45, 47, 48, 51, 52, 56, 57, 58 e 59). Este instrumento é composto por itens de carácter dicotómico (escala de Thurstone), onde a pontuação de cada item pode ser de 1 ou 0 pontos, dependendo se está associada a uma atitude positiva ou negativa sobre si mesmo, respetivamente (Veiga, 2006).

Este instrumento foi validado para a população portuguesa em 2006, por António Feliciano H. Veiga. A versão portuguesa é constituída por seis fatores: aspeto comportamental (AC) (itens 12, 13, 14, 18, 19, 20, 27, 30, 36, 38, 45, 48 e 58), que avalia a perceção que o indivíduo

tem do seu próprio comportamento em determinados contextos, tais como em casa e na escola, e a responsabilidade pelos próprios seus atos; ansiedade (ANS) (itens 4, 7, 10, 17, 23, 29, 56 e 59), que se associa aos receios, preocupações e insegurança sobre si mesmo e situações relacionadas com expectativas e emoções negativas; estatuto intelectual e escolar (EI) (itens 5, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 34, 39, 43, 50, 52 e 55), que avalia a forma como o indivíduo percebe o seu desempenho intelectual, assim como a admiração que pensa que lhe seja atribuída na turma, em virtude das suas capacidades; popularidade (PO) (itens 1, 3, 6, 11, 32, 37, 41, 47, 51 e 57), que se relaciona com a socialização, nomeadamente na facilidade em estabelecer relações de amizade, ao nível da popularidade e à sua integração em atividades de grupo; aparência e atributos físicos (AF) (itens 8, 9, 15, 33, 44, 46, 49 e 54), que avalia a percepção do sujeito relativamente ao seu aspeto físico; satisfação e felicidade (SF) (itens 2, 28, 31, 35, 40, 42, 53 e 60), que se associa à satisfação que o sujeito tem de si próprio, estando igualmente relacionada com o nível de felicidade de forma geral (Veiga, 1988, 2006). Os valores de cada fator são obtidos a partir da soma dos itens correspondentes. Do mesmo modo, o valor da escala total é obtido a partir da soma dos resultados obtidos nos seis fatores. Quanto mais elevado for o resultado em todos os fatores, maior é o nível de autoconceito e, quanto maior é a pontuação no fator Ansiedade, menor é a ansiedade sentida pelo sujeito.

Relativamente à fidedignidade do PHCSCS-2, o coeficiente de consistência interna da amostra total da versão portuguesa tende a ser elevado: autoconceito global ($\alpha = 0,90$), Aspeto Comportamental (AC) ($\alpha = 0,74$), Estatuto Intelectual e Escolar (EI) ($\alpha = 0,75$), Aparência e Atributos Físicos (AF) ($\alpha = 0,72$), Ansiedade (ANS) ($\alpha = 0,62$), Popularidade (PO) ($\alpha = 0,70$) e Satisfação e Felicidade (SF) ($\alpha = 0,67$). Os valores da consistência interna são considerados aceitáveis, possivelmente porque existe um menor número de itens (Veiga, 2006). Recentemente surgiu uma versão reduzida de 30 itens, validada por Feliciano H. Veiga e António Leite, 2016. Por solicitação do autor esta foi a escala utilizada no presente estudo. Esta é constituída por 6 subescalas com 5 itens cada: ansiedade, aparência física, comportamento, popularidade, satisfação/felicidade e nível de intelectualidade. A cotação é realizada a partir da soma dos resultados de cada subescala, tendo em conta a presença de itens invertidos: 1, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 25, 27, 28, 29 e 30. O estudo de validação desta nova versão apresenta boas características psicométricas quer na escala total, com valores de alfa de Cronbach de ($\alpha = 0,87$), quer nas subescalas: ansiedade ($\alpha = 0,73$); nível intelectual ($\alpha = 0,70$); popularidade ($\alpha = 0,74$); satisfação/felicidade ($\alpha = 0,73$); aparência física ($\alpha = 0,79$); aspeto comportamental ($\alpha = 0,73$). No presente estudo, e no que respeita às subescalas, apenas foi

possível considerar as escalas de ansiedade ($\alpha = 0,69$), nível intelectual ($\alpha = 0,35$), popularidade ($\alpha = 0,64$), aparência física ($\alpha = 0,52$) e aspeto comportamental ($\alpha = 0,76$). Tal decorre do facto de que quer a *subescala satisfação/felicidade* quer a *subescala nível intelectual* não apresentarem um alfa de Cronbach aceitável, violando as regras da confiabilidade, tendo sido excluídas do presente estudo. A escala total (com exclusão das subescalas satisfação/felicidade e nível intelectual) obteve um valor de alfa de Cronbach: ($\alpha = 0,62$).

- ***Inventário de Comportamento da Criança para Pais/Educadores/Cuidadores*** [Child Behavior Checklist (CBCL) de Achenbach e Edelbrock, 1983; Achenbach, 1991; versão portuguesa de Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira e Cardoso, 1994].

O CBCL é um questionário de perguntas e respostas aplicável a crianças e jovens dos 4 a 18 anos que permite uma descrição e caracterização do comportamento da criança/jovem a partir do recurso a diferentes informadores (neste estudo foram os educadores/cuidadores), sendo constituído por 113 itens. O Inventário de Competências Sociais e de Problemas do Comportamento em Crianças e Adolescentes foi adaptado e validado por Fonseca et al. (1994) para a população portuguesa, designando-se como Inventário do Comportamentos da Criança. É um questionário constituído por uma lista de 113 frases, sendo que cada frase descreve um problema da criança ou do adolescente evidenciado nos últimos seis meses. Para cada frase os informadores atribuem valores que variam entre 0 (não é verdadeira), e 2 (muito verdadeira ou frequentemente verdadeira). A soma dos valores obtidos em cada item permite obter o valor de cada uma das subescalas e o valor global do inventário. O presente inventário é constituído por nove subescalas principais e específicas: *Oposição/Imaturidade*; *Agressividade*; *Hiperatividade/Atenção*; *Depressão*; *Problemas Sociais*; *Queixas Somáticas*; *Isolamento*; *Ansiedade e Obsessivo/Esquizóide*. Assim, 31 itens são relativos a problemas de Externalização e 34 itens a problemas de Internalização. Relativamente à cotação deste instrumento, cada subescala é obtida a partir da soma de todos os itens que a constituem. Por outro lado, a escala total é obtida a partir da soma de todos os itens do instrumento. Na versão de Achenbach (1991) são apresentados os seguintes alfas: ($\alpha = 0,91$) *Oposição/Imaturidade*; ($\alpha = 0,99$) *Agressividade*; ($\alpha = 0,95$) *Hiperatividade/Atenção*; ($\alpha = 0,99$) *Depressão*; ($\alpha = 0,86$) *Problemas sociais*; ($\alpha = 0,92$) *Queixas somáticas*; ($\alpha = 0,76$) *Isolamento*; ($\alpha = 0,81$), *Obsessivo/Esquizóide*.

Quanto à consistência interna no estudo de Fonseca et al. (1994), para validação da população portuguesa, apresentaram os seguintes alfa de Cronbach: *Oposição/Imaturidade* (α

= 0,83); Agressividade ($\alpha = 0,83$); Hiperatividade/Problemas de atenção ($\alpha = 0,77$); Depressão ($\alpha = 0,79$); Problemas sociais ($\alpha = 0,53$); Queixas somáticas ($\alpha = 0,73$); Isolamento ($\alpha = 0,66$); Ansiedade ($\alpha = 0,65$); Obsessivo/esquizoide ($\alpha = 0,61$) sendo que foi encontrado um alfa de Cronbach de 0,95 para o total da escala (113 itens).

Análise estatística

Realizámos as análises estatísticas recorrendo ao programa *Statistical Package for the Science* (SPSS - versão 24 para Windows). Para a caracterização da amostra foi efetuada a estatística descritiva, com o cálculo das médias e desvios-padrão para variáveis quantitativas e o cálculo de frequências absolutas e relativas para variáveis qualitativas. Com vista a analisar a normalidade da amostra recorreu-se ao teste de *Shapiro-Wilk*. A análise estatística baseou-se na estatística não paramétrica pelo facto de a amostra não apresentar uma distribuição normal e apresentar uma dimensão reduzida. A fim de investigar as diferenças das variáveis em estudo (vinculação, autoconceito e comportamento), em função da idade e anos de institucionalização (variável dicotomizada) procedeu-se à análise correlacional de *Kruskal Wallis*. Para analisar as possíveis correlações entre as variáveis em estudo, recorreu-se à análise dos coeficientes de correlação de *Spearman* e avaliou-se o teste à sua significância.

Resultados

A tabela 2 apresenta os resultados da análise de diferenças de médias de *Kruskal-Wallis* da variável IPPA em função da idade e dos anos de institucionalização. Relativamente à variável de vinculação (subescalas e escala total) não se encontram diferenças estatisticamente significativas. No entanto, e analisando a diferença de médias observa-se uma diferença no grau de comunicação entre os jovens e as mães em função da idade, ainda que não seja considerada uma diferença estatisticamente significativa ($M (9-15) = 19,50$; $M (16-17) = 13,50$). No que respeita à variável anos de institucionalização obteve-se uma diferença estatisticamente significativa na subescala alienação da vinculação à mãe ainda que no limite da significância na subescala ($p = 0,049$), sendo que os jovens que se encontram há menos tempo na instituição apresentam uma média superior aos jovens que se encontram há mais tempo, com valores de médias respetivamente de $M = 19,56$ e $M = 13,03$.

Tabela 2

Diferença de médias variável IPPA em função dos anos na instituição e idade do sujeito

	Anos na Instituição	Idade
IPPA_Mãe_ Confiança	0,60	1,60
IPPA_Mãe_ Comunicação	0,17	3,28
IPPA_Mãe_ Alienação	3,87*	1,00
IPPA_Pai_ Confiança	0,07	0,41
IPPA_Pai_ Comunicação	0,37	1,16
IPPA_Pai_ Alienação	2,30	0,00
IPPA_Amigos_ Confiança	0,03	1,91
IPPA_Amigos_ Comunicação	0,37	0,86
IPPA_Amigos_ Alienação	0,21	0,23
IPPA_Mãe_ Total	1,85	1,08
IPPA_Pai_ Total	0,55	0,01
IPPA_Amigos_ Total	0,26	0,63

* $p < 0,05$

No que respeita às variáveis autoconceito não foram encontradas diferenças significativas quer na variável idade quer na variável anos na instituição (Tabelas 3).

Tabela 3

Diferença de médias da variável Autoconceito em função dos anos na instituição e idade do sujeito

	Anos na Instituição	Idade
--	----------------------------	--------------

Estudo da Relação do Comportamento, Autoconceito e Vinculação nas Crianças e Jovens Institucionalizados

Ansiedade	2,44	0,72
Aparência Física	1,12	1,64
Aspeto Comportamental	1,41	2,61
Popularidade	0,37	0,00
Autoconceito_Total	0,11	1,68

* $p < 0,05$

O mesmo ocorreu na variável, **comportamento**, avaliada através do **CBCL**, não tendo sido encontradas diferenças estatisticamente significativas (Tabela 4).

Tabela 4

Diferença de médias da variável CBCL em função dos anos na instituição e idade do sujeito

	Anos na Instituição	Idade
Queixas Somáticas	0,32	0,85
Ansiedade e Depressão	1,33	1,04
Falta de energia	0,30	0,02
Problemas Sociais	0,02	0,37
Problemas de pensamento	0,49	2,30
Problemas de atenção	0,42	0,57
Comportamentos delinquentes	0,67	0,01
Comportamentos agressivos	1,51	0,00
Outros problemas	0,10	0,09
Problemas internalizantes	0,37	0,49

Problemas externalizantes	1,20	0,04
CBCL Total	0,28	0,32

* $p < 0,05$

A correlação entre as variáveis em estudo foi explorada através de correlações de *Spearman*. No que respeita à análise correlacional entre a variável vinculação e a variável autoconceito verificaram-se correlações estatisticamente significativas, sendo que a subescala aparência física do autoconceito se correlaciona positivamente com a subescala comunicação materna da vinculação ($p = 0,002$) (Tabela 5). Por outro lado, a subescala popularidade do autoconceito correlaciona-se negativamente com a subescala alienação aos amigos da vinculação ($p = 0,003$), bem como com a subescala comunicação com os amigos ($p = 0,037$). Esta subescala correlaciona-se ainda positivamente com a escala vinculação aos amigos (escala total) ($p = 0,007$). Por seu lado, a escala vinculação aos amigos correlaciona-se negativamente à escala autoconceito total ($p = 0,049$) (Tabela 5).

Tabela 5

Correlações entre a variável Autoconceito e a variável IPPA

	Ansiedade	Ap. Física	Aspetto Comp.	Popularidade	Autoc. Total
Mãe_Conf.	-0,08	0,12	0,00	0,05	0,02
Mãe_Comunic.	-0,23	0,54**	-0,28	-0,02	-0,19
Mãe_Alienação	-0,14	0,23	-0,12	0,11	0,05
Mãe_Total	-0,18	0,30	-0,19	-0,05	-0,18
Amigos_Conf.	-0,30	0,08	-0,13	-0,34	0,32
Amigos_Comunic.	-0,33	0,15	-0,13	-0,38*	0,30
Amigos_Alienação	0,10	-0,09	0,25	0,53**	0,36
Amigos_Total	-0,13	-0,08	-0,19	0,07	-0,17

Estudo da Relação do Comportamento, Autoconceito e Vinculação nas Crianças e Jovens Institucionalizados

Pai_Conf.	-0,15	0,03	-0,08	0,12	-0,10
Pai_Comunic.	-0,11	-0,02	-0,05	0,25	-0,02
Pai_Alienação	-0,03	0,10	0,19	0,20	0,17
Pai_Total	-0,28	0,11	-0,20	-0,48	-0,36**

Notas: Mat. = Materna; Pat. = paterna; Conf. = confiança; comunic. = Comunicação; Autoc. = autoconceito; Ansie. = ansiedade; Ap. = aparência; Comp. = comportamento; Popul = popularidade; Intele. = intelectual

** $p < 0,01$

* $p < 0,05$

Através do estudo correlacional entre a variável vinculação e a variável comportamento do jovem, não se obtiveram correlações significativas. Relativamente às variáveis autoconceito e CBCL também não foram encontradas correlações estatisticamente significativas.

As tabelas seguintes apresentam o estudo correlacional entre as variáveis em estudo e a variável sociodemográfica reprovações. No que respeita à variável, comportamento esta correlaciona-se com o número de reprovações, em diversas subescalas (Tabela 6). Na subescala problemas sociais obteve-se uma correlação positiva de $p = 0,005$. Já na subescala comportamentos delinquentes obteve-se uma correlação positiva de $p = 0,015$. Também a subescala de falta de energia se correlaciona positivamente com a variável reprovações ($p = 0,011$). No limite da significância obtêm-se ainda duas correlações positivas entre a variável sociodemográfica reprovações e a subescalas problemas de pensamento e outros problemas (e.g. problemas sexuais, enurese) ($p = 0,01$). No geral, a escala CBCL total correlaciona-se também com a variável reprovações ($p = 0,006$).

Tabela 6

Correlações entre a variável Comportamento (CBCL) e a variável sociodemográfica, número de reprovações

	Número de Reprovações
Queixas Somáticas	0,29
Ansiedade e Depressão	0,23
Falta de energia	0,54**
Problemas Sociais	0,58**
Problemas de pensamento	0,53*

Problemas de atenção	0,54**
Comportamentos delinquentes	0,51*
Comportamentos agressivos	0,38
Outros problemas	0,52*
Problemas internalizantes	0,38
Problemas externalizantes	0,41
CBCL Total	0,57**

** $p < 0,01$

* $p < 0,05$

Na variável em estudo autoconceito, apenas se observaram diferenças estatisticamente significativas na subescala aparência física ($p = 0,028$) (Tabela 7).

Tabela 7

*Correlações entre a variável **Autoconceito** e a variável sociodemográfica número de reprovações*

	Número de Reprovações
Ansiedade	0,08
Aparência Física	0,47*
Aspeto Comportamental	0,11
Popularidade	0,31
Autoconceito Total	0,30

** $p < 0,01$

* $p < 0,05$

No que respeita à variável vinculação, obteve-se uma correlação estatisticamente significativa entre a subescala alienação amigos com a variável reprovações, sendo esta uma correlação negativa ($p = 0,037$), na Tabela 8.

Tabela 8

Correlações entre a variável IPPA e a variável sociodemográfica, número de reprovações

	Número de Reprovações
Mãe Confiança	0,01

Mãe Comunicação	-0,15
Mãe Alienação	-0,12
Pai Confiança	0,16
Pai Comunicação	0,04
Pai Alienação	-0,19
Amigos Confiança	0,14
Amigos Comunicação	0,79
Amigos Alienação	-0,45*
Mãe Total	-0,10
Pai Total	0,34
Amigos Total	0,30

** $p < 0,01$

* $p < 0,05$

Discussão

O objetivo principal desta investigação era explorar a associação entre o comportamento, os padrões de vinculação, o autoconceito e as características sociodemográficas das crianças e jovens institucionalizados, não tendo sido possível na nossa pesquisa bibliográfica encontrar estudos que incluam todas as variáveis estudadas.

Partindo da caracterização sociodemográfica da amostra foi possível concluir que a maioria dos jovens era do sexo feminino com uma média de idades de 14,56 anos ($DP = 2,21$). Verificou-se ainda que o tempo de acolhimento variou entre 4 meses e 12 anos, havendo crianças a residir na instituição desde muito pequenas. Mais de metade das crianças/jovens apresentavam uma ou mais reprovações, corroborando estudos anteriores, como o estudo de Caldas (2010), que concluiu que cerca de 50% das crianças/jovens institucionalizados que integraram o seu estudo apresentava entre 2 e 5 reprovações. O rendimento escolar é influenciado por condições internas (motivação, equilíbrio emocional, desenvolvimento cognitivo) e externas (condição socioeconómica, estabilidade, incentivo e dinâmica familiar) (Carneiro, Martinelli e Sisto, 2003). Podemos, assim, considerar a hipótese de que o acolhimento institucional, apesar de oferecer à criança as condições de segurança e subsistência, não tem a capacidade de criar os vínculos e a estabilidade afetiva necessários a um desenvolvimento equilibrado que permita o investimento académico. Por outro lado, estudos recentes referem que crianças de meios económicos mais favorecidos e cujos pais

(sobretudo a mãe), possuem habilitações académicas superiores têm melhor aproveitamento escolar e um percurso sem retenções (Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2016). Ora, as crianças que vivem em instituições vêm maioritariamente de meios desfavorecidos não tendo esta referência, nem a possibilidade de aprendizagem por modelação ainda que possam ter algum tipo de contacto com a família de origem.

O presente estudo sugere que 90,6% das crianças/jovens institucionalizados apontaram como adulto de referência pessoas externas à instituição, não tendo sido escolhidas com base nos laços de familiaridade, os cuidadores formais, apesar de, em média, residirem há já vários anos na instituição ($M = 4,31$; $DP = 3,41$). Pressupomos que tal facto poderá ser devido à perceção de “pouca disponibilidade dos educadores/cuidadores da instituição para com cada um (a) das crianças e jovens”, uma vez que são em número reduzido para o número elevado de jovens (estudo de Spitz), tornando-se difícil suprir a necessidade de afeto, acompanhamento, atenção, aceitação normalmente associados à figura da mãe e/ou do pai. A adaptação ao ambiente institucional poderá ser também um fator relevante uma vez que a não compreensão/aceitação da permanência na instituição poderá ser também um obstáculo à criação de laços funcionais e duradouros com os adultos de referência. Outro aspeto relevante poderá ser o sentimento de rejeição, vivenciado pelas crianças e jovens devido ao facto do afastamento e abandono da sua família, bem como devido às atribuições depreciativas e de auto desvalorização que a institucionalização pode provocar (Alberto, 2003).

Foi ainda nosso objetivo verificar se existia relação entre as variáveis sociodemográficas e os estilos de vinculação sendo possível concluir que a alienação à mãe varia em função dos anos de institucionalização. Os principais resultados mostram a existência de diferenças significativas entre a variável anos de institucionalização e alienação à figura materna sendo que os jovens que se encontram há menos tempo na instituição apresentam uma maior alienação à figura materna do que os jovens que se encontram há mais tempo. Estes dados corroboram estudos anteriores (e.g. Balhau, 2011), que demonstram que as crianças/jovens que se encontram há menos tempo na instituição apresentam valores de alienação à mãe superiores. O fator alienação estará relacionado com o afastamento e conflito com os pais, podendo este resultado decorrer da revolta/protesto sentidos pelas crianças/jovens na sequência da institucionalização. Tal vai ao encontro da primeira fase do processo de separação das crianças/jovens da mãe apresentada por Bowlby – fase de protesto - caracterizada por dor e sofrimento (Marcelli, 1998). O facto de a alienação à mãe ter pontuado mais elevado que a alienação ao pai pode prender-se com o facto de a nossa amostra ser maioritariamente feminina

e como refere Buist, Dekovic, Meeus e Aken (2002), existem diferenças no desenvolvimento da vinculação das crianças/jovens de acordo com os géneros: com a entrada na adolescência observa-se um declínio da vinculação das adolescentes às mães e um declínio no desenvolvimento da vinculação dos adolescentes ao progenitor do sexo masculino.

Analisando a diferença de médias observa-se uma diferença no grau de comunicação entre os jovens e as mães em função da idade (quanto maior a idade dos filhos, menos comunicação com as mães), ainda que não seja considerada uma diferença estatisticamente significativa. Este resultado, de acordo com Atger (2004), poderá ser explicado pelas características da fase da adolescência, em que começam a ser desenvolvidas relações de vinculação com os pares, havendo um maior distanciamento dos progenitores.

No presente estudo foi ainda possível concluir que o autoconceito se relaciona quer com a vinculação materna quer com a vinculação aos amigos. No que respeita à vinculação materna, conclui-se que a subescala aparência física se correlaciona positivamente com a subescala comunicação materna. Tal mostra que os jovens que apresentam um maior autoconceito relativo à aparência física apresentam valores de comunicação com a mãe superiores. Este resultado vai ao encontro de estudos (e.g. Machado, Scur, Miguel e Silva, 2017) que concluem que uma vinculação segura é preditora de níveis de imagem corporal mais positivos.

Por outro lado, conclui-se que quanto mais populares as crianças/jovens se sentem, menor alienação aos amigos, mas também apresentam uma menor comunicação. Estes tornam-se resultados curiosos, levando a colocar em causa o próprio conceito de popularidade das crianças/jovens que poderá traduzir-se numa maior sensação de proximidade não implicando necessariamente relações interpessoais caracterizadas por uma comunicação verbal efetiva.

Constatou-se ainda que o percurso escolar dos jovens, apresentou resultados baixos, traduzido por um elevado número de reprovações. O elevado número de reprovações correlacionou-se positivamente com o autoconceito, no domínio da aparência física. Estes resultados em alunos com baixo rendimento escolar poderão demonstrar um movimento compensatório, havendo uma maior valorização da dimensão física em detrimento da dimensão académica na qual não se sentem competentes nem valorizados.

No que diz respeito à relação com os pares, quanto mais reprovações, maior a alienação em relação aos amigos. Quando há uma reprovação há uma separação relativamente aos colegas de turma e a integração num grupo, geralmente de crianças mais novas, o que poderá prejudicar os processos de identificação e integração proporcionando maiores níveis de alienação.

Os jovens com mais reprovações, têm mais problemas de pensamento ($p = 0,011$), mais problemas de comportamento delincente ($p = 0,015$) e mais problemas sociais ($p = 0,005$). No presente estudo foi possível concluir que os problemas externalizantes (de comportamento, avaliados através do CBCL) se relacionam com o insucesso escolar (elevado número de reprovações). O número de reprovações correlacionou-se positivamente com os comportamentos delinquentes, o que indica que quanto maior o número de reprovações mais comportamentos delinquentes são apresentados pelos jovens. A interiorização da reprovação por parte do jovem, a consciência do seu fracasso em relação aos seus colegas de aula, poderão influenciar o autoconceito, a autoestima, potenciando sentimentos de vergonha, originando sentimentos de auto depreciação e revolta e reações comportamentais desajustadas, hostilidade, e comportamentos delinquentes (Rebelo, 2009). Por outro lado, as crianças/jovens institucionalizados têm, frequentemente, experiências prévias de maus-tratos e/ou vivências em dinâmicas familiares disfuncionais com impacto no seu funcionamento emocional que poderão, de alguma forma, condicionar o seu investimento em aprendizagens escolares, perturbando o seu processo de adaptação à escola e desempenho académico. A necessidade de aceitação e integração num grupo poderá favorecer a associação a outros jovens com características semelhantes, com dificuldades de integração e aceitação no sistema de ensino, investindo em atividades que desafiam a autoridade e as regras e através das quais se sentem recompensados e reconhecidos no seu grupo de pares.

Ainda no que respeita aos resultados obtidos através da análise entre as reprovações e o CBCL, verificou-se que elevados valores de “falta de energia” se correlacionam com um elevado número de reprovações. Se por um lado as reprovações podem ser influenciadas pelo comportamento do jovem, por outro lado resultam também em desmotivação, maior falta de atenção, comportamento desadequado e fraco desenvolvimento psicossocial, baixa autoestima, “falta de energia” ou desmotivação. A perspetiva de rejeição, estigmatização, por não terem conseguido sucesso escolar, são geradores de sentimentos de angústia e depressão (Rebelo, 2009). Esta desmotivação e “falta de energia” são muitas vezes indicadores de sintomatologia depressiva e falta de envolvimento com a escola ou com outra atividade vivenciada como gratificante.

Por outro lado, quer os problemas de pensamento quer outro tipo de problemas (e.g. enurese, problemas sexuais) também se encontraram associados, de forma positiva, ao número de reprovações. A incapacidade relacional e de negociação e a dificuldade na gestão das emoções perante o fracasso escolar poderão provocar no jovem pensamentos e sentimentos de

medo, ansiedade e rejeição. Por outro lado, as dificuldades de pensamento podem resultar da anterior experiência de maus-tratos/negligência e, possivelmente, do facto de a criança já não viver com a família (com o corte de hábitos e laços anteriores) e a adaptação emocional à instituição, interferindo com a aprendizagem e desempenho escolares (Rebelo, 2009).

Numa análise retrospectiva, gostaríamos de realçar os contextos do estudo desta investigação, como sendo um contributo para o estudo dos padrões de vinculação das crianças e jovens institucionalizados, com o objetivo de avaliar o modo como organizam as suas experiências internas, a sua integração e significados e quais as estratégias comportamentais utilizadas, para uma melhor compreensão. É de realçar, o elevado número de reprovações e a sua associação aos problemas de comportamento, alienação aos amigos e falta de energia, como aspetos centrais deste trabalho, bem como a associação da variável vinculação, ao autoconceito, ao tempo de institucionalização e à idade salientando a importância da intervenção e reforço de vínculos com outros significativos desde idades precoces.

Limitações

É de referir alguns problemas dos sistemas categoriais, nomeadamente algumas dificuldades logísticas. Foram contactadas várias instituições ao qual uma se recusou a participar. Após consentimento verbal e escrito, efetuado pelas instituições que consentiram como uma mais valia para este estudo, a aplicação dos instrumentos em crianças e jovens, verificou-se também um outro constrangimento, a morosidade das respostas com autorização de datas para aplicação dos instrumentos. Por outro lado, a própria escassez de logística, numa das instituições não foi favorável na medida em que o local de aplicação dos instrumentos cedido – o refeitório – provocou nas crianças e jovens, distração, brincadeiras, e por último a recusa nas respostas. Quanto ao método, a seleção não-aleatória das instituições não permite a generalização dos resultados e o facto do N da amostra de crianças e jovens ser reduzido, condicionou também as análises de dados efetuadas, bem como não haver comparação com crianças e jovens não institucionalizadas; o facto de se basear apenas em instrumentos de auto-retrato; a amostra ser maioritariamente constituída por raparigas. Outro fator, preponderante e limitativo foi o de a investigadora ser trabalhadora-estudante, não podendo aumentar o tamanho da amostra. Será relevante replicar o presente estudo com uma amostra com participantes mais numerosa, permitindo que outras análises possam ser efetuadas.

Bibliografia

- Achenbach, T.M. (1992). *Manual for the Child Behavior Checklist*. Burlington, VT: University of Vermont, Department of Psychiatric
- Afonso, P. (1998). As políticas de proteção às crianças em risco. A aposta na intervenção familiar. *Intervenção social*, 17/18, 53-68.
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., e Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Alberto, I. (2003). “Como Pássaros em gaiolas”? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. Em Machado, C. e Gonçalves R. (Eds.) *Violências e Vítimas de Crimes* (Vol. 2. pp. 223-244). Coimbra, Editora Quarteto
- Arteaga, A. e Valle, F. (2003). Las redes de apoyo social de los adolescentes acogidos en residências de protección. Un análisis comparativo con población normativa. *Psicothema*, 15(1), 136-142.
- Atger, F. (2004). Vinculação e adolescência. Em N. Guedeney e A. Guedeney (Ed), *Vinculação: conceitos e aplicações*. Lisboa: Climepsi.
- Azevedo, M., e Maia, A. (2006). *Maus-tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bakermans- Kranenburg, M., Van IJzendoorn, M., e Juffer, F. (2008). Earlier is better: A meta-analysis of 70 years of intervention improving cognitive development in institutionalized children. *Monographs of the society for Research in Child Development*, 73(3), 279-293.
- Balhau, (2011). *A vinculação e a autoestima em jovens não institucionalizados vs. Institucionalizados*. Dissertação de mestrado não publicada, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.
- Barreira, A. (2016). *Associações entre a prática de autodano e a percepção de vinculação aos pais e pares em adolescentes portugueses*. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Boivin, M. e Bégin, G. (1989). Peer status and self-perception among early elementary school children: the case of the rejected children. *Child Development*, 60(3), 591-596.
- Bowlby, J. (1984). *Separação. Da trilogia apego e perda* (v.3). São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1988). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Bowlby, J. (2001). *Formação e rompimentos dos laços afetivos* (3ª ed.). São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- Bretherton, I., (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28, 759-775.
- Buist, K., Dekovic, M., Meeus, W. e Aken, M. (2002). Developmental patterns in adolescent attachment to mother, father and sibling. *Journal of Youth and Adolescent*, 31(3), 167-176.
- Caldas, A. (2010). *Variáveis psicossociais e resiliência em jovens institucionalizados*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Canha, J. (2000). *Criança maltratada: O papel de uma pessoa de referência na recuperação*. Estudo prospetivo de 5 anos. Coimbra: Quarteto Editora.
- Cansado, T. (2008). Institucionalização de crianças e jovens em Portugal Continental: O caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social. *E-cadernos Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra*, 2, 1-9. Recuperado em 2, janeiro, 2018. Doi:10.4000/eces.1387
- Cansado, T. (2014). *A institucionalização de crianças e jovens no Alentejo*. Dissertação de doutoramento não publicada, Universidade de Évora: Évora.
- Carneiro, R., Martinelli, C. e Sisto, F. (2003). Autoconceito e dificuldade de aprendizagem na escrita. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 427-434.
- Cavalcante, L., Silva, S. e Magalhães, C. (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 10(4), 1147-1172.
- Cigarro, A. (2011). *Vinculação, memórias de cuidados na infância, auto-conceito e depressão em adolescentes*. Dissertação de mestrado não publicado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Cordeiro, D. (2002). *Manual de psiquiatria clínica* (2ªed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dell'Aglio, D., e Hutz, C. (2004). Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17, 341-350.
- Emídio, R., Santos, A., Maia, J., Monteiro, L. e Veríssimo, M. (2008). Auto-conceito e aceitação pelos pares no final do período pré-escolar. *Análise Psicológica*, 3(XXVI), 491-499.
- Faria, L. e Fontaine, M. (1990). Avaliação do conceito de si próprio de adolescentes: Adaptação do SDQ I de Marsh à população portuguesa. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 6, 97-105.

- Figueiredo, T. e Machado T. (2010). *Representações da vinculação a pais, pares e professores: Estudos preliminares do IPPA-R para crianças do ensino básico*. I Seminário Internacional “Contributos da Psicologia em Contextos Educativos”. Braga: Universidade do Minho.
- Fonseca, A. C., Simões, A., Rebelo, J. A., Ferreira, J. A., e Cardoso, F. (1994). Um inventário de competências sociais e de problemas do comportamento em crianças e adolescentes: O Child Behaviour Checklist de Achenbach (CBCL). *Psychologica*, 12, 55-78.
- Fuertes, M. (2010). Estudo exploratório sobre a classificação da vinculação atípica: desorganização ou adaptação? *Psychologica*, 1, 349-370.
- Grossmann, K. E., e Grossman, K. (2004). Universality of human social attachment as an adaptive process. Em C.S. Carter, L. Ahnert, K. E. Grossman, S.B. Hdry, M.E. Lamb., S.W. Porges, e N. Sachser (Eds). *Attachment and bonding: A new synthesis. Dahlem Workshop Report 92* (pp. 199-229). Cambridge; MA: The MIT Press.
- Holden, G.W., Geffner, R. e Jouriles (1998). *Children exposed to marital violence: Theory, research, and applied issues*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Ijzendoor, M. (1995). Adult Attachment Representations, parental responsiveness, and infant attachment: A meta-analysis on the predictive validity of the adult attachment interview. *Psychological Bulletin*, 117(3), 387-403.
- Laible, D., Carlo, G., e Raffaelli, M. (2000). The differential relations of parent and peer attachment to adolescent adjustment. *Journal of Youth and Adolescence*, 29, 45-59
- Machado, T. S. (2009). Vinculação aos pais: Retorno às origens. *Psicologia, Educação e Cultura*, XVIII(1), 139-56
- Machado, T., Scur, M., Pacheco, J. e Silva, J. (2017). Vinculação aos pais e imagem corporal em jovens universitários. *Revista de estudos e investigación en Psicología y Educación*, 5, 138-142.
- Main, M., e Cassidy, J. (1988). Categories of response to reunion with the parent at age 6: Predictable from infant attachment classifications and stable over a 1-month period. *Developmental Psychology*, 24, 415–426
- Main, M., e Solomon, J. (1986). Discovery of a new, insecure disorganized/disoriented attachment pattern. Em T. B. Brazelton e M. Yogman (Eds.), *Affective development in infancy* (pp. 95–124). Norwood, NJ: Ablex.
- Main, M., e Solomon, J. (1990). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. Em M. T. Greenberg, D. Cicchetti, e E. M.

- Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years* (pp. 121–160). Chicago: University of Chicago Press.
- Main, M., Kaplan, N., e Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood, and adulthood: A move to the level of representation. Em I. Bretherton e E. Waters (Eds.), *Growing points of attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50 (1–2, Serial No. 209), 66–104.
- Marcelli (1998). Manual de Psicopatologia da Infância de Ajuriaguerra. 5ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas
- Martins, P. (2001). A avaliação como factor estruturante e promotor do desenvolvimento pessoal. *Psicologia, Educação e Cultura*, V(1), 63-70.
- Mota, C. (2008). *Dimensões relacionais no processo de adaptação psicossocial de adolescentes: Vulnerabilidade e resiliência em institucionalização, no divórcio e em famílias intactas*. Dissertação de doutoramento não publicada, Universidade do Porto: Porto.
- Mota, C., e Matos, P. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia e Sociedade*, (3), 367-377.
- Neves, L. (1995). *Suporte Emocional na Adolescência. A relação com os pais e com os amigos em momentos de transição escolar*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de Coimbra, Coimbra
- Neves, L.; Soares, I.; Silva, C. (1999). Avaliação da vinculação em adolescentes: Adaptação do “Inventory of Parent and Peer Attachment (IPPA)” de Armsden e Greenberg. In. L. Almeida, M. Gonçalves e M. Simões (Eds.), *Testes e Provas Psicológicas em Portugal*, Vol II, 37-48. Braga: APPORT.
- Noronha, F. (2014). *Estudo da relação entre os estilos de vinculação e a capacidade adaptativa em adolescentes institucionalizados*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Pinhel, J., Torres, N. e Maia, J. (2011). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado. *Análise Psicológica* 4(XXVII), 509-521.
- Quiles, M. J., e Espada, J. P. (2014). *A autoestima na infância e na adolescência*. Lisboa: Bookout, Lda.
- Rebelo, J. (2009). Efeitos da retenção escolar, segundo os estudos científicos, e orientações para uma intervenção eficaz: Uma revisão. *Revista portuguesa de pedagogia*, 43(1), 27-2.

- Sá, E. (1995). *Psicologia dos Pais e do Brincar* (2ª Edição). Lisboa: Fim de Século.
- Saldanha, A., Oliveira, I. e Azevedo, R. (2011). O autoconceito de adolescentes escolares. *Paidéia*, 21(48), 9-19.
- Santos, J. (2015). *Delinquência juvenil: A relação entre a vinculação à mãe, ao pai e ao grupo de pares*. Dissertação de mestrado não publicada, ISPA - Instituto Universitário, Porto.
- Santos, R. (2014). *Crianças e jovens institucionalizados: Resiliência, vinculação e suporte social*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade do Algarve, Faro.
- Sapienza, G. e Pedromônico, M. (2005). Risk, protection and resilience in the development of children and adolescents. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 209-216.
- Siqueira, A. E Dell’Aglío, D. (2010). Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415.
- Soares, I. (2000). *Psicopatologia do desenvolvimento: Trajetórias (in)adaptativas ao longo da vida*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Sternberg, K., Lamb, M., Guterman e Abbott, C. (2006). Effects of early and later family violence on children’s behavior problems and depression: A longitudinal, multi-informant perspective. *Child Abuse e Neglect*, 30, 283-306.
- Stroufe L., Egeland B., Kreutzer T. (1990). The fate of early experience following developmental change: Longitudinal approaches to individual adaptation in childhood. *Child Development*, 61, 1363–1373.
- Vaughn, B. E., Coppola, G., Verissimo, M., Monteiro, L., Santos, A. J., Posada, G., et al. (2007). The quality of maternal secure-base scripts predicts children’s secure-base behavior at home in three sociocultural groups. *International Journal of Behavioral Development*, 31, 65-76.
- Veiga, F. e Leite, A. (2016). Adolescents’ self-concept short scale: A version of PHCSCS. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 217, 631-637.
- Veiga, F. H. (2006). Uma nova versão da escala de autoconceito PiersHarris Children’s Self-Concept Scale (PHCSCS-2). *Psicologia e Educação*, 5, (1), pp. 39-48.
- Yunes, M. A. M., Miranda, A. T., e Cuello, S. E. S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. Em S. H. Koller (Ed.), *Abordagem ecológica do desenvolvimento humano: Experiência no Brasil* (pp. 193-214). Editora Casa do Psicólogo.